

## **ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CMDPI) DE AGUAÍ (SP) REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2024 EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA OSC BADI**

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (27/05/2024), a partir das oito horas (8h), na sede do CRAS de Aguaí (SP) deu-se início à reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Aguaí (SP), presidida pela Presidente deste conselho, Sra. Taís Alessandra Sbrissa Lourenço. A reunião ocorreu a pedido da Organização da Sociedade Civil (OSC) BADI, em função de discussões relativas ao desligamento de usuários, recomendadas pela Assistência Social, e a consequente entrega de um Dossiê ao CMDPI de Aguaí e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família. A entidade BADI, no entanto, discordou da recomendação, e tal divergência foi o principal tema da reunião. BADI explicou, inicialmente, como se deu a parceria da prefeitura com o BADI (edital de chamamento público), sendo 100 crianças e 60 idosos, sendo que a porta de entrada seria o CRAS. O BADI, então, precisou fazer uma busca ativa dos usuários, pois o CRAS não tinha possibilidade de encaminhar os usuários de primeiro momento. Foi feita reunião em que o CRAS pediria recomendação de desvinculação de usuários, que não tem mais o perfil, ou superou a vulnerabilidade em que se encontravam. As representantes do BADI trataram de explicar que sua função não é trabalho de recreação, e sim ações de serviço social. E quando da discussão sobre o assunto no grupo de WhatsApp do conselho, não ficou claro qual era o objetivo do BADI, e, em virtude de discussões, o grupo foi bloqueado para interações, e passou a impressão de desvio de trabalho por parte do BADI. O ideal, colocado pela OSC, é que os técnicos do CRAS verifiquem se vão desvincular ou não esses usuários, mas com todo o cuidado de se conversar com os responsáveis técnicos da entidade. Colocou-se, ainda, que o serviço de convivência é importante, inclusive para não sobrecarregar a saúde do município, e o BADI está cumprindo com o se comprometeu com a cidade, eles não estão mentindo, e o CRAS é que aceita ou nega. A entidade apresentou o Dossiê, e irá, segundo suas representantes presentes na reunião, protocolar uma cópia ao Ministério Público. 93 crianças e 58 idosos são atendidos atualmente pelo BADI. Valéria, representante da sociedade no conselho, comentou que a maneira que o assunto chegou ao conselho deveria ter ido diretamente com o CRAS. As representantes do BADI explicaram que foi por conta da ata de reunião do dia 26/10/2023. O secretário do conselho, Luís Guilherme, representante da Administração Pública municipal, leu a ata, explicando que houve apenas um questionamento legítimo por parte do conselho a respeito das pessoas que hoje estão no programa e da lista de pessoas que precisariam do serviço, e que como conselho, seria preciso conhecer melhor os trabalhos. Marta, representante da Saúde, complementou sobre a comissão que avalia os trabalhos, para que entendêssemos o trabalho do BADI, do Celtra, entre outros. Foi explicado pelas representantes do BADI que a partir dessa reunião, a Taís como técnica pediu por ofício uma desvinculação dos 39 usuários, isso pelo CRAS. No cálculo atualizado acaba sendo 36. Todos eles, segundo o BADI, ainda estão em situação de vulnerabilidade. Segundo elas, não há fila de espera, e o programa tem uma série de objetivos. Explicaram as ações, eixos (participação social, ser e pertencer, e a recreação é parte disso). A situação se deu por conta desse entendimento da técnica do CRAS, Taís. A Valéria comentou o que o conselho questionou, ficamos sabendo que tem gente que quer participar e precisa, sendo que as únicas pessoas que começaram ainda estão. Questionou, ainda, se não há uma avaliação de melhora, uma porta de saída. Foi explicado pelas representantes do BADI que não é tão simples de avaliar a condição do idoso, tendo em vista uma série de fatores que o fazem precisar do serviço. O que precisa, então, ser criado? Segundo as representantes do BADI, precisa de Centro Dia para o idoso. Foi explicitado que de 7 idosos encaminhados ao BADI, apenas 1 quis ficar. Quanto às vulnerabilidades, o BADI não fica expondo as situações de cada um, tendo em vista que são vidas, particularidades, questões muito pessoais. O BADI trata de como o idoso precisa lidar com isso. Segundo a representante do BADI, foi tida uma reunião com a Secretária de Desenvolvimento Social e Família, Cláudia Silva, e o Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, e a devolutiva foi que Aguaí não tem o porte para receber um Centro Dia, não comporta. E, aumentando

o número de idosos, o edital precisa abordar um aumento do número de idosos a serem atendidos pela instituição, pelo projeto. O BADI colocou que não estando satisfeitos, rescinde o contrato. Mas que estão à disposição. As análises para entrar no BADI, são feitas pelo CRAS. Foi tratado de como chegou a mensagem no grupo dos idosos, que ficaram consternados com a possibilidade de serem desvinculados. Com isso, chegou a reivindicação para nós. Assim, a entidade chamou individualmente os 36 idosos, explicando que estavam correndo o risco de ser desvinculado, e para tanto seria preciso fazer um novo estudo social, para entregar ao CRAS, que na verdade essas pessoas todas precisam da convivência e do trabalho que é realizado no BADI. Valéria questiona se havia a necessidade de chamar os idosos para colocar a situação, antes mesmo de entregar esse estudo social. Segundo a representante do BADI, precisou porque chegou de alguma forma a informação aos idosos, mas o BADI não concorda com o desligamento. Para esse estudo, segundo o BADI, precisava de respostas para um questionário a ser respondido pelos próprios idosos, para reavaliação. Quando da realização desse estudo, ao pedir autorização aos idosos, eles perguntaram do porquê, e isso levou à explicação do risco. Tuane, representante do BADI, afirmou que se sente incomodada com esses questionamentos todos. Se sentiu incomodada enquanto profissional. Mas foi explicado que não foi nada pessoal. Uma das conselheiras explicou que as discussões prévias do conselho foram no sentido de ampliar os serviços aos idosos, tendo em vista a alta demanda, e se haveria avaliação dos que estão lá, se não tem porta de saída. O conselho, nesse sentido, se compreende que está apenas tentando entender os trabalhos, fiscalizar dentro da sua jurisdição, mas que esses questionamentos são naturais, para conhecer melhor. Mas a questão do desligamento ou não, é assunto entre a entidade e o CRAS. Se é necessário que os idosos todos se mantenham, não há questionamento, haja vista que as vulnerabilidades existem. E mais, o BADI explicou que se fosse mesmo desligar, não teria, na atual situação do município, para onde encaminhar esses idosos, o que é bastante sensível. Foi feito, portanto, o novo estudo social, que é entregue no Dossiê. Foi colocada uma nova dúvida pela Valéria, se caso for necessário o CRAS encaminhar 10 pessoas, precisando de 10 vagas (suposição), e precisar tirar 10 vagas do BADI, se teria condições e se existe um acompanhamento social com frequência. O BADI explicou que precisa ter nesse ponto articulação entre o CRAS e o centro de convivência, ou seja, é um trabalho conjunto. No caso da atualização desses estudos e dos números de idosos, ambos são responsáveis por avaliar anualmente. Dificilmente, segundo a representante do BADI, vai chegar um momento em que alguém poderá ser desvinculado. A conselheira Derci Perina, questionou a respeito de se tiver alguém em situação muito pior que alguém que já está lá dentro, se essa pessoa não vai poder entrar. Segundo a representante do BADI, isso é o município que deverá avaliar, fazer um estudo para dizer. Se vai ampliar, aumentar. O secretário Luís pontuou sua visão de que, se o CRAS encaminhou a lista com a recomendação de desvinculação e a instituição não concordou, antes de colocar toda a situação aos idosos, deveria ter chegado esse estudo antes ao CRAS, questionando, para não criar essa expectativa e medo nos idosos. A resposta da OSC foi que o CRAS deveria ter chamado o BADI para conversar, solicitar um estudo prévio, antes de mandar a lista solicitando os desligamentos. E que a informação chegou de outra forma aos idosos. Eles foram surpreendidos. Foi questionado quem está no BADI e no Celtra, mas foi explicado que são programas diferentes, não depende do BADI, e sim do município. Marta ponderou que não é que não possa participar, mas se uma pessoa participa de mais de um programa, deve haver um critério para aumentar a participação dos demais (como no Celtra e o grupo do Fundo Social). A representante do BADI explicou que ele é um programa, um projeto, uma OSC, que faz parceria com o município para execução de um serviço, não tem vínculo algum com o CELTRA ou Fundo Social. A triagem depende do município. O vereador Fernando Junqueira (PSD), presente na reunião, se manifestou, pois recebeu uma série de preocupações da população idosa. Segundo ele, conversou com a Secretária Claudia e com o Sr. Prefeito Alexandre Araújo, que afirmaram que estava sendo resolvida a situação. Ele próprio (o Fernando) tem sua avó no BADI, que muito se beneficia do programa, pois também criou vínculos no projeto, embora não tenha vulnerabilidade alguma. E se for tirá-la do BADI, certamente acarretaria problemas. E então ele ficou sabendo desse ofício do CRAS solicitando o desligamento. Ele disse que acredita na instituição do BADI, que conquistou uma emenda de R\$ 250 mil à instituição, e presta todo apoio. Ele se manifestou, ainda, com repúdio com o que aconteceu, de solicitar o desligamento

“do dia para a noite”, sendo que tem pessoas que estão lá há 10 anos. E sim estudar para aumentar as vagas, não tirar as pessoas. Valéria então colocou que é necessário criar uma solução, um lugar, para colocar as pessoas que estão precisando também, pela demanda. Ainda, segundo o Fernando, se são 3 programas (BADI, Celtra e Fundo Social), eles deveriam ser um grupo só para o município. E isso resolveria os problemas. E ainda, complementou que, desde 2022, vem trabalhando pelo Centro Dia na cidade. O secretário Luís, colocou que, em sua visão, certamente tirar uma pessoa hoje, depois de anos, é difícil, mas questionou como eram encaminhadas as pessoas para participar do BADI, se não se identificava vulnerabilidade. Segundo os presentes, não havia essa triagem e recomendação do CRAS antes, como ocorre hoje. O Fernando comentou que sua familiar passou pelo CRAS em 2018, e o parecer foi “sim” para entrar no BADI. Assim como a situação de um terceiro, que afirmou que se não fosse o BADI, sua mãe não teria convivência social nem melhora de sua saúde mental. A Valéria questionou se não poderia ampliar os serviços, mudar a descrição de apenas vulnerabilidade. Eles explicaram que “vulnerável” já é muito abrangente, engloba diversas situações que os idosos passam. E ainda a representante do BADI explicou que casos prioritários são tratados com a devida prioridade. Explicou-se, também, que a vulnerabilidade não está somente na condição financeira, há muitas situações. E, ainda, a vulnerabilidade é identificada após um tempo em que a pessoa está no programa. Foram contadas situações/exemplos, preservando a integridade dos participantes. Casos de vulnerabilidade que partiram da infância, entre outros. A responsável do BADI afirmou que se sente mal ao ouvir que lá eles trabalham apenas com recreação, mas que, enquanto centro de convivência, há muito mais em jogo, o trabalho envolve diversos profissionais, especialidades, atividades multifacetadas. Idosos que passam por privações, situações extremas. E fez o convite para os conselheiros irem até a instituição, para conhecer. Eles agradeceram a oportunidade de explicar a situação para todos do conselho, mesmo saindo da reunião com dúvidas sobre o que poderá ocorrer daqui para frente. E que acha que o conselho precisa pensar nas oportunidades e possibilidades de buscar alternativas para atender esses outros que estão aparecendo. Segundo a Taís, hoje não tem uma demanda alta, mas outras pessoas afirmam que é por desconhecimento. Valéria questionou se essa divulgação não é feita pelo CRAS, ou o próprio BADI. Mas que pelo visto não é feita divulgação como se deveria, de porta em porta. E se levantou a possibilidade de isso ocorrer pelos agentes comunitários de saúde. Foi levantado, ainda, que se o município precisa ampliar os serviços, deve dispor de maiores recursos para tal, pois os custos são altos. E que isso é necessário, vai ser preciso pensar nisso pelos próximos anos. E mais, se juntar em sociedade, para termos um Centro Dia ou espaço com atendimento próprio, semelhante ao Centro Dia, conforme ideia levantada pela Valéria, para atender mais gente, mesmo que não se resolva toda a questão. A Presidente Taís colocou que não havia mais nada a ser tratado, pois a reunião foi solicitada pela OSC. Ao final, foi entregue e protocolado o Dossiê à Presidente do CMDPI, pela OSC, e a reunião foi dada por encerrada.

**TAÍS ALESSANDRA SBRISLA LOURENÇO**  
Presidente do CMDPI de Aguaí (SP)

**LUÍS GUILHERME FENICIO GERMANO**  
Secretário do CMDPI de Aguaí (SP)